

ATA DA QUADRAGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 24-5-2017.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Paulo Brum e Prof. Alex Fraga. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença André Carús, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, José Freitas, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Paulinho Motorista, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei do Legislativo nº 110 e 134/17 (Processos nº 1030 e 1147/17, respectivamente), de autoria de Cassio Trogildo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 240/16 (Processo nº 2430/16), de autoria de Fernanda Melchionna e Prof. Alex Fraga; o Projeto de Lei do Legislativo nº 131/17 (Processo nº 1137/17), de autoria de Mendes Ribeiro; os Projetos de Lei do Legislativo nº 132 e 136/17 (Processos nº 1142 e 1175/17, respectivamente), de autoria de Paulo Brum; e o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 003/17 (Processo nº 0398/17), de autoria de Rodrigo Maroni. Ainda, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 835/17, encaminhado o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 005/17 (Processo nº 1508/17); e nº 841/17, encaminhando Veto Parcial ao Projeto de Lei do Executivo nº 040/16 (Processo nº 2761/16). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Sofia Cavedon, Idenir Cecchim, Tarciso Flecha Negra, Aldacir Oliboni, Dr. Thiago e Prof. Alex Fraga. Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Após, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Prof. Alex Fraga, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Também, foi apregoadada a Emenda nº 04, assinada por Mônica Leal, ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10 (Processo nº 2594/10). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10 (Processo nº 2594/10), após ser discutido por André Carús, Cassiá Carpes, Idenir Cecchim, Moisés Maluco do Bem, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal e Mauro Pinheiro. Na ocasião, foi apregoadado Requerimento de autoria de Dr. Thiago, deferido pelo Presidente, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Legislativo nº 031/16 (Processo nº 0378/16). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por André Carús, solicitando alteração na ordem de apreciação de emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10. Foram votadas conjuntamente e rejeitadas as Emendas nº 01 e 02 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 02, todas apostas ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10. Foi aprovada a Emenda nº 04 aposta ao

Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10. Foi aprovado o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Professor Wambert, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e cinco ao dia vinte e nove de maio do corrente. Às quinze horas e trinta e um minutos, o Presidente declarou encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Dr. Goulart. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/17, discutido por Aldacir Oliboni, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 002/17, este discutido por Cassiá Carpes e Reginaldo Pujol, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 043, 073, 088, 109 e 117/17 e o Projeto de Lei do Executivo nº 001/17, discutido por Aldacir Oliboni; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/17, discutido por Cassiá Carpes, Adeli Sell e Reginaldo Pujol, e os Projetos de Lei do Executivo nºs 002/17, este discutido por Cassiá Carpes, Sofia Cavedon, Aldacir Oliboni e Reginaldo Pujol, e 003/17, este discutido por Adeli Sell e Reginaldo Pujol. Na oportunidade, Felipe Camozzato apresentou Declaração de Voto ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 021/10 (Processo nº 2594/10). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Moisés Maluco do Bem, Mauro Pinheiro e Matheus Ayres. Na ocasião, foram apregoados o Projeto de Lei do Legislativo nº 024/17 e o Projeto de Resolução nº 012/17 (Processos nºs 0377 e 0961/17, respectivamente), de autoria da Mesa Diretora. Às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa tarde a todos e todas. Hoje é um dia diferenciado, um dia forte para o País, quando mais de 120 mil pessoas ocupam Brasília exigindo respostas do Governo Federal sobre as últimas delações. Delações gravíssimas, delações que demonstraram a prevaricação de um Presidente da República, por mais que seja interino e golpista, é um presidente usando esse espaço. Receber na madrugada um empresário, ser conivente com manifestações de controle sobre importantes figuras da República que dizem respeito à Lava Jato e incentivar a manutenção de suborno ao um dos presos artífices do golpe... Ora, um presidente desses não tem mais condições de governar. Os seus homens... Aquele filme “Todos os Homens do Presidente” parece que se repete no Brasil. Hoje mais um assessor direto do Presidente renuncia, assessores, um atrás do outro, envolvidos, Vereadores Oliboni, Sgarbossa e Adeli – falo em seus nomes – em corrupção, em aliciamento, em venda de votos, pareceres de beneficiamento, informações privilegiadas. É gravíssimo o que vive a república deste País.

E nós vimos agora, em Brasília, cenas de repressão ao movimento social, que exige respeito à democracia, à cidadania, aos processos transparentes de ocupação do Estado público. Em vez disso, o que temos? Um Presidente, o seu Ministro da Fazenda, o Presidente da Câmara dizendo que as reformas têm que continuar, que o Brasil não pode parar; que a fita é falsa, que isso, que aquilo... Seríssimo! Por muito, mas por muito menos que isso, qualquer um da esquerda teria sido retirado. O que vemos é uma aceleração da verdadeira face do golpe, que é aceleração das reformas. Ontem, na comissão do Senado, de forma atabalhoada, foi considerado lido o relatório da reforma trabalhista; reforma trabalhista que rasga a Constituição, que rasga a CLT – a Consolidação das Leis Trabalhistas. Feita a toque de caixa, apesar da ilegitimidade da Presidência da República, apesar da ilegitimidade de nove Ministros implicados na Lava Jato, dizem que as reformas têm que continuar. Temer tem pressa, tem pressa de realizar o projeto pelo qual está lá, do qual é testa de ferro; não é ele e a sua trajetória pessoal que importa ali, é a força do poder econômico especulativo da grande mídia corporativa, dos setores, sim, do Judiciário que defendem os privilégios de sempre e a extorsão do povo trabalhador para manter as taxas de lucro. Esse modelo é um desastre para o País. E aquelas 120 mil pessoas representam muito mais pessoas.

Ao meio-dia estávamos na esquina democrática. As pessoas querem, pedem o panfleto “Fora, Temer”! Hoje ocorrerá um grande ato, às 17h, na Esquina Democrática da cidade de Porto Alegre, assim como no País inteiro. O povo foi para as ruas e não vai sair de lá. E não adianta urdir um acórdão por eleição indireta, porque ninguém mais reconhece a maioria daquele Congresso Nacional. Nós assistimos às motivações nada republicanas no momento do *impeachment* da Presidente Dilma. Foi um momento nunca visto na história do Brasil, dentro da democracia. É uma democracia vilipendiada, desidratada, manipulada em nome de interesses escusos, em nome de promiscuidade com o poder econômico, em torno de bilhões e bilhões de enriquecimento ilícito, em financiamento para poucos e grandes conglomerados concentrarem o poder neste País. Então, fora Temer; às ruas; eleições diretas já!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, hoje a Ver.^a Sofia Cavedon disse que é uma tarde, um dia diferente no Brasil. Olha, eu acho que nós todos temos o direito até de perder a razão, até de mudar de convicção, temos o direito. Agora, de perder a vergonha na cara é uma coisa feia, Ver.^a Sofia Cavedon! Eu não tenho vergonha do Temer porque eu não votei nele! A senhora é que votou, fez campanha e pediu votos na Esquina Democrática: para o Temer, para a Dilma e para o Lula. Eu acho que todos têm que ser presos! A senhora vá defender e atacar os seus! É, uma parte do PMDB que se juntou com o PT apodreceu! Eu concordo, apodreceu junto com o PT!

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Não, não tenho vergonha porque eu não votei nele! A senhora é que votou e pediu pela campanha dele! Agora nós estamos vendo uma disputa de quem está preso – que é o PT – e dos que vão ser presos – que são os amigos do PT. Estão todos presos: os tesoureiros do PT, o Cunha, que era o casalzinho de vocês, que fazia as trapas junto, está preso. Enquanto o Cunha estava a favor da Dilma, ele era um querido! E eu aqui da tribuna pedi que ele fosse expulso do PMDB. Agora a senhora vem aqui dizendo “Fora Temer”, mas é o que o Brasil quer! O Rio Grande não queria eleger o Temer e a Dilma! A Marina também ficou quietinha. E eu fiquei preocupado, porque ela não tomou posição nenhuma, e eu votei na Marina, mas vejo a histeria desse Senador Randolfe, que já foi do PSOL. Eu acho que o PSOL o mandou embora, porque ele também recebeu da Odebrecht. Está lá bem histérico no plenário. A Gleisi Hoffmann, que está com a família toda enrolada – ela, o marido, o cunhado, todos...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Ah, e o amante junto, é verdade, Ver. João Bosco. A Dona Gleisi Hoffmann... A reportagem explicou como é que ela gastava dinheiro em Paris. E a Ver.^a Sofia vem defender esse tipo de gente?! Vereadora, não faça isso, pelo menos respeite os seus colegas Vereadores aqui, não diga tanta bobagem num dia só.

Fala do Ministro Meirelles, que foi Presidente do Banco Central, do Lula, um bom Presidente do Banco Central e um bom Ministro da Fazenda, sim, senhores.

A Friboi é sócia do Lula, do Mantega e da Dilma. São sócios! São sócios! Vocês vão se entender com esses ladrões. Vocês são parceiros deles, entenda-se com eles, peçam que parem de roubar do Brasil! Vocês não podem mais fazer isso. O Lindembergh – logo quem! – também está na lista. O lindão está na lista! Não é possível! Os caras ou estão indiciados ou estão na cadeia.

(Aparte antirregimental.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Não. Recebeu na campanha igual ao Tarso Genro. O Tarso não recebeu igual porque perdeu. O Rio Grande viu que ele não tinha mais condições. Todos ganharam igual, mas quem botou, quem declarou... Porque o Tarso declarou na campanha dele que recebeu, e o Sartori também declarou.

(Aparte antirregimental.)

O SR. IDENIR CECCHIM: Não, mas igual ao Tarso, se bem que o Tarso não precisa esconder nada, porque era da turma. Vocês são todos da mesma turma. E, agora, reclamar de eleição indireta? O PT só usa a Constituição quando interessa,

porque não assinou esta Constituição e, agora, quer rasgar de novo. Querem eleição direta para quê? Para botar o chefe da quadrilha lá de novo? Não vai botar! Não tem condições! Não tem mais condições! Estão com as mãos sujas de sangue do povo brasileiro, o Lula e o PT. Eu, às vezes, fico com pena do Ver. Adeli Sell e do Oliboni, porque estão bem comportados aí, e respeito muito até as inteligências dos seus colegas, mas eu tenho que dizer que muitas vezes nós podemos – como eu disse no início da fala – perder a razão e a convicção, mas eu nunca perderei a vergonha na cara de manter e de denunciar aqueles que merecem. E não vou defender bandido, eu não tenho bandido de estimação!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, todos os que nos assistem. Vamos quebrar esse gelo um pouco. Presidente, todos sabem que a minha bandeira, como parlamentar, sempre foi a inclusão da criança e do adolescente através da educação e do esporte. Sempre lutei muito por isso.

Nesta quarta-feira, o jornal Correio do Povo divulgou uma pesquisa que me deixou muito preocupado: somente aqui no Rio Grande do Sul, 215 municípios não têm escolas com pelo menos uma instalação esportiva. A gente sempre fala do esporte, e 215 municípios não têm uma área de prática esportiva dentro da sua escola. A prática do esporte no ambiente escolar motiva a criança a gostar de ir para a escola. O esporte, além de dar companheirismo e disciplina, também é fundamental para a diminuição do índice de evasão escolar, que é muito grande também nas escolas municipais de Porto Alegre. Sabendo que terão um futebol, um basquete para jogar, as crianças acordam com alegria e motivadas a ir estudar.

Outro dado preocupante demonstrado por esse estudo é que o Rio Grande do Sul, mesmo contando com um Conselho de Esportes, não realizou nenhuma reunião no período de doze meses anteriores à pesquisa. O Conselho do Esporte é considerado um dos instrumentos para consolidar a gestão democrática de política pública na área esportiva. O Rio Grande do Sul realizou durante todo o ano passado apenas uma competição esportiva escolar. Precisamos investir mais no esporte, promover mais competições, para que as crianças se sintam motivadas e se afastem das coisas ruins.

Então, Ver.^a Sofia Cavedon, a gente sempre fala das escolas, sempre fala do esporte, Ver. Matheus Ayres, que também está na Comissão de Esporte Cultura e Lazer, a gente busca muito isso, é a minha bandeira também. Eu falo do esporte, porque o esporte me formou como cidadão, um cidadão disciplinado, um cidadão companheiro, um cidadão que respeita o seu espaço. O esporte nos dá estudo. Chegou o momento de cobrarmos do Governo outras coisas além das que cobramos aqui, cobrar também o esporte, porque o esporte dá um outro caminho, uma outra visão para o País. E nós

temos visto, na divulgação dos jornais, sobre o esporte que acabei de falar. Chegou o momento de buscar mais forte, só assim não teremos evasão das escolas, só assim teremos crianças, jovens, adolescentes com mais disciplina, com mais amor e com mais respeito. E assim a gente pode dizer que vamos ter um País com menos violência.

E é por isso que nós precisamos também lutar muito neste País, porque eu posso dizer para vocês que o caminho da educação e do esporte é o que vai dar uma segurança muito grande para todos nós. Imaginem aquela mãe que chega em casa de tarde e pergunta para o seu filho: “Como foi o seu dia hoje?” E ele fala: “Mamãe, de manhã estudei, à tarde joguei futebol, joguei capoeira”. Que maravilha que a gente possa falar com os nossos netos, com nossos filhos e perguntar como foi seu dia, e ele responder que foi dentro disso que foi falado e ainda falar: “Mãe, amanhã tem mais, eu quero o colégio”. O colégio passa a ser sua segunda casa. Isso é muito bom. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadores e Vereadoras, público que nos acompanha no dia de hoje, eu também queria me manifestar sobre dois assuntos que acho de extrema relevância. Primeiro, sim, eu concordo com a Sofia de que hoje é um dia muito emblemático e muito importante para nós, brasileiros, à medida que, neste momento, há mais de 40 mil pessoas na frente do Congresso Nacional pedindo “Fora, Temer” e “Não às reformas trabalhista e da previdência”. É, sim, um dia muito importante. Muitos, inclusive gaúchos, porto-alegrenses, estão lá em Brasília, viajaram por muitas e muitas horas para mostrar não só sua indignação e rebeldia, mas a falta de discussão política do Governo Federal em relação a essas reformas, que, para nós, não trazem nenhum benefício, pelo contrário, retiram direito dos trabalhadores, dos cidadãos, das cidadãs.

Queria aqui registrar a minha tristeza de ver, em Porto Alegre, um hospital fechando. Um hospital que tem 200 leitos, o Hospital Parque Belém. Esse hospital há um bom tempo vem tentando dialogar com o Governo municipal para tentar contratualizar serviços, isto é, vagas de internação, vagas de atendimento por especialidades e emergência. Infelizmente nem o Governo anterior nem o atual conseguiram viabilizar um ponto de diálogo para poder restabelecer o atendimento no Hospital Parque Belém. Estivemos aqui, enquanto Comissão de Saúde, recebendo a direção e a comunidade, e eles apelaram para que o Governo municipal abrisse o diálogo para poder, então, quem sabe, abrir parte dos leitos e se estabelecer uma certa especialidade ali naquele instrumento de atendimento à saúde. Eu sei que para nós, Vereadores e Vereadoras, é de extrema importância, Ver. Thiago, não só abrir uma frente parlamentar em defesa desse hospital, mas, mais do que isso, restabelecer o diálogo direto, quem sabe, com o Governo Federal, com o Governo Estadual, já que o Governo Municipal não se preocupou com o tema.

E não é só lá! Nós vamos verificar a saúde em Porto Alegre: o bloco cirúrgico do HPS está funcionando meia-boca; a UTI do Pronto Socorro está funcionando meia-boca; o HPV está sendo sinalizado para privatização. Por incrível que pareça, ali atrás, na eleição, os candidatos colocavam como prioridades para o seu Governo a saúde, a educação e a segurança – sempre foram os três temas colocados por todos os candidatos como prioridades –, mas, quando chegam na vida real, no mandato, infelizmente, parece que esquecem de dizer que lá atrás assumiram um compromisso.

Então, nesse sentido, quero dizer da enorme tristeza de ver, em Porto Alegre, um hospital fechar, enquanto muitos outros Estados e Municípios lutam para abrir uma unidade de saúde, para abrir uma UPA de atendimento 24 horas, para restabelecer ou abrir um novo hospital. Portanto, o que cabe a nós aqui é socializar essa ideia de, junto com a nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente, poder fazer um movimento, quem sabe, uma frente parlamentar em defesa do Hospital Parque Belém, em defesa da sua reativação, ou, enfim, uma audiência pública aqui na nossa Casa, em nome da Mesa Diretora, o mais rápido possível. Assim, poderemos discutir, então, a contratualização de um novo serviço, estabelecendo o atendimento médico, que não é só regional, mas para toda a Cidade, e muitas especialidades, inclusive, para todo o Estado do Rio Grande do Sul.

É nesse sentido que nós, à medida que vamos para as ruas, Ver. Matheus, percebemos, sim, que os políticos são cobrados, mas, muitas vezes, os Vereadores se tornam impotentes, porque percebem que é importantíssima essa demanda ou essa ação, mas não conseguem viabilizá-la. Se o Parlamento nos possibilita fazer uma discussão, por que não vamos então oportunizar, trazer aqui entidade, Ver. Wambert, trazer aqui o Poder Público? Vamos cobrar também de nós mesmos, para que esse instrumento público, como é, no caso, o Parque Belém, possa ter suas portas reabertas para atender os cidadãos e as cidadãs, porque ali também poderão ser salvas vidas humanas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO: Eu vou continuar o tema que o Ver. Oliboni colocou aqui, aceitando essa sua colocação, Ver. Oliboni. Eu estava falando com alguns Vereadores – com o Brum, Dr. Goulart, Ver. Nedel, Ver. Cassiá, Ver.^a Mônica, Ver. Carús, depois vou falar com o Ver. Cecchim e a Comandante; falei com o Ver. Bosco, falava com V. Exa. – sobre isso. Acho que temos que formar uma frente parlamentar pela reabertura do Hospital Parque Belém.

Eu sou daqueles que não advogo a permanência de uma gestão ou de outra. Acho que, se a gestão tem dificuldades, se o Dr. Pereira e sua equipe têm dificuldades na gestão lá, eles têm que ter o espírito público de abdicar da gestão direta e fazer uma gestão compartilhada com a Secretaria da Saúde e com quem quer que seja. Mas a sociedade

de Porto Alegre não pode prescindir, Vereadores, desses leitos. Desses leitos, Ver. Dr. Goulart, o senhor estava lá comigo, quando essas fotos foram feitas, a cidade de Porto Alegre não pode prescindir. São 20 leitos de UTI! São quase 200 leitos clínicos, como aqueles que a gente viu! Está toda a aparelhagem pronta lá! É um hospital que foi referência em diversas especialidades! Em traumatologia, ortopedia, em neurocirurgia, em nefrologia, em cirurgia endovascular, diminuindo as sequelas daquele que tem AVC ou infarto! O cara em AVC ou infarto, na Restinga e no Extremo-Sul, tinha condições de fazer um cateterismo no Parque Belém! Não precisava vir até o Instituto de Cardiologia, Ver. José Freitas. Instituto de Cardiologia que eu vou tomar a liberdade de fazer uma moção, porque nem Vereador é atendido lá! Nem Vereador! Então, se algum Vereador passa dificuldade, não é atendido! Fecharam o atendimento pelo SUS e não avisaram ninguém! Nem a Secretaria da Saúde, que paga a conta! Esse é o Instituto de Cardiologia!

Então, a Cidade não pode prescindir desse atendimento. O hospital foi reformado com dinheiro público, de emenda parlamentar, por isso está bom desse jeito. O hospital tem um topógrafo capaz de fazer duzentas a trezentas tomografias, Ver. Valter, por mês, parado, comprado com público de emenda de Deputado Federal, da bancada do Rio Grande do Sul, de toda bancada. Então, nós não podemos assistir calados o fechamento de mais um hospital na cidade de Porto Alegre. Se muito eu critiquei a administração anterior, foi em função disso. Acho que o Secretário Erno, a quem temos feito rasgados elogios nesta Casa, não pode deixar que isso aconteça. Um hospital, que pode ser retaguarda para o Hospital da Restinga, que pode ser retaguarda para o GHC, que está sobrecarregado com o número de pacientes na sua emergência, que pode ser retaguarda para o HPS e para o Clínicas, não pode ficar fechado. É um hospital que tem história, que tem equipamentos para fazer a diferença no atendimento à saúde de Porto Alegre, é um hospital emblemático. Nós vamos medir a capacidade da gestão da Secretaria Municipal de Saúde se ela fizer ou não esse hospital funcionar. Essa é a minha opinião, Ver. Carús. Se a Secretaria da Saúde não fizer esse hospital funcionar, ela vai ter fracassado em gestão. Essa é claramente a minha posição. Eu acho que temos que fazer uma frente parlamentar, independentemente de partido, independentemente de ideologia e buscar, junto com o Secretário, alternativas para evitar o fechamento desse hospital, a Cidade não suporta ter mais um hospital fechado. Eu quero pedir ajuda aos colegas para que a gente possa protocolar essa frente parlamentar e para que a gente possa atuar de forma a trazer todos os que podem contribuir com esse processo. Tenho que fazer um reconhecimento público, de uma reunião que o senhor foi comigo, Ver. Dr. Goulart, com o Vice-Prefeito da época, Sebastião Melo, ele evitou que isso ocorresse. Então, isso não pode ocorrer agora, sob pena de a população de Porto Alegre passar por mais dificuldades do que já tem na questão da saúde. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores que acompanham os nossos trabalhos na tarde de hoje, Vereadores, Vereadoras; eu vou tentar dividir a minha fala em vários tópicos. No primeiro deles, eu gostaria de saudar todas as pessoas que se deslocaram e que, dentro em breve, tomarão as ruas do nosso País lutando para que nós tenhamos um pouco mais de moralidade e decência na política. Temos uma marcha bastante volumosa, com dezenas de milhares de integrantes ocupando as ruas de Brasília, exigindo “Fora, Temer!”. Nós, do PSOL, apoiamos integralmente essas manifestações justas, dignas, pedindo mais moralidade e decência da classe política brasileira. Portanto, vamos somar as nossas vozes a esse “Fora, Temer!”.

Outro ponto que cabe ser destacado na tarde de hoje é sobre um assunto que eu venho, reiteradamente, me manifestando nesta tribuna com relação ao transporte público da nossa Cidade. Já falei em momentos anteriores que há, atualmente, uma prática de diminuição do número de viagens de diferentes linhas na cidade de Porto Alegre e também uma mudança de itinerários. Eu gostaria de fazer a denúncia de que o ônibus TV, que sobe até o alto do morro, não sobe mais. Já faz um bom tempo que os moradores da região não estão sendo servidos pelo sistema público de transporte; agora, o ônibus TV faz apenas uma parte do percurso, parando no início do morro, fazendo com que os populares precisem terminar a sua viagem caminhando lombada acima. Para quem volta do trabalho, da escola ao cair da noite, isso se transforma num verdadeiro cenário de terror, porque é uma região que apresenta um grande grau de violência. Nós temos ali várias regiões que são dominadas pelo crime organizado, pelo tráfico de drogas, os populares precisam caminhar longas distâncias, e, como o inverno está chegando, a tendência é que o clima piore, agravado ainda mais pela antecipação do período noturno, esses indivíduos estarão à mercê da violência. Então, peço que todos nós fiquemos atentos a esta situação: o transporte público deve servir à população, e essa diminuição do trajeto original das linhas só prejudica àqueles que mais necessitam desse serviço público.

Obviamente, não precisamos aprofundar o debate para saber quem vai ser beneficiado com dessa medida – o encurtamento das linhas e a mudança nesses itinerários. São aqueles que lucram com essa prática. A restrição e a redução da viagem farão com que haja um gasto menor de combustível, de óleos lubrificantes, portanto as empresas serão as grandes beneficiadas; enquanto a população, o trabalhador, o estudante, mais uma vez nesta Cidade, saem prejudicados nessa relação. Portanto, fazemos a nossa denúncia e registramos a nossa inconformidade com o desrespeito com que a nossa população, principalmente a mais pobre, é tratada ao longo do tempo, e continua progressivamente. Pedimos que a EPTC, que o seu corpo técnico, que o seu Diretor-Presidente e o Prefeito desta Cidade tomem providências. O serviço público tem que servir ao público; o transporte público tem que servir ao público, à população desta Cidade, que realmente usa esse meio de transporte para se deslocar.

Gostaria, também, de agradecer o contato com Colegas, a troca de ideias, sobre o primeiro projeto na priorização, que é de minha autoria e da Ver.^a Fernanda Melchionna, que fala sobre a inclusão do ECA e da Lei Maria da Penha nos concursos públicos desta Cidade. Mas, a partir das conversas que tivemos em plenário, vamos retirar da priorização para podermos fazer os ajustes necessários, viabilizá-lo e fazer com que esse projeto venha realmente cumprir a nossa intenção, que é a de qualificar o corpo de futuros servidores do nosso Município. O indivíduo que se apropria e conhece a Legislação, que conhece direitos é um indivíduo que vai propagar esses direitos nos círculos onde ele frequenta: entre amigos, família, na população para qual ele presta este serviço.

Então muito obrigado aos diversos Vereadores com que conversamos desde a segunda-feira: Ver. Matheus Ayres, Ver. Moisés Maluco do Bem, Ver. Felipe Camozzato, Ver. Adeli Sell. Vamos fazer a retirada para poder emendar e ajustar este projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h59min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O SR. PROF. ALEX FRAGA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 132/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Prof. Alex Fraga. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Aprego a Emenda nº 04, de autoria da Ver. Mônica Leal, ao PLCL nº 021/10.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 2594/10 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 021/10, de autoria do Ver. André Carús, que institui o Programa Municipal do Primeiro Emprego e inclui art. 19-B na Seção I do Capítulo II do Título II da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, e alterações posteriores, dispendo sobre o cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza de empresa que aderir a esse Programa.

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Bernardino Vendruscolo: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Airto Ferronato: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Alceu Brasinha: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01;
- da **CECE**. Relator Ver. Professor Garcia: pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Observações:

- Com Emendas nºs 01, 02 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 02;
- retirada a Emenda nº 03;
- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, I, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 09-02-17 por força do Art. 81 da LOM;
- adiada a discussão por duas Sessões em 17-05-17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PLCL nº 021/10. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nós estamos, hoje, discutindo aqui o PLCL nº 021/10, que propõe a criação de uma política municipal para incentivo ao primeiro emprego. Nada mais é do que a criação de uma lei municipal para que a juventude possa ser incluída no mercado formal de trabalho, e esse foi um projeto que protocolei lá no ano de 2010, quando tive a oportunidade, naquela época, de assumir o mandato de Vereador pela primeira vez ainda na condição de suplente. De lá para cá, ele vem tramitando, foi examinado por quatro Comissões Permanentes da Casa, Ver.^a Mônica Leal, e tivemos parecer favorável das quatro Comissões que examinaram essa matéria. Obviamente, como é da Legislatura retrasada, Ver. Cecchim, nós tivemos que solicitar, no início deste ano, o seu desarquivamento e também a retomada da sua tramitação, o que nos demandou a atualização da redação deste projeto. Inicialmente, fizemos, de acordo com o Regimento desta Casa, duas emendas, com a assinatura do Ver. Idenir Cecchim, que é o nosso Líder da bancada do PMDB, corrigindo dois pontos. Primeiro, estendendo até os jovens com 29 anos, porque o Estatuto da Juventude, que foi instituído por lei federal, prevê que os beneficiários de políticas públicas para juventude sejam até os 29 anos. Depois, fizemos uma subemenda acolhendo sugestão que recebemos na audiência pública realizada no dia 08 de maio, que discutiu o projeto. E aqui estão representantes da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas – UGES e da União Municipal de Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA, que encaminharam sugestão para que fosse reduzido também para os jovens de 16 e 17 anos, desde que esses jovens não

estejam sujeitos àquelas obrigações do trabalho que se sujeitam a maioria civil. Fizemos isso, consertamos o projeto para que um número maior de jovens de Porto Alegre, que hoje representam cerca de 25% da população da nossa Capital, possam ser beneficiados com essa política, mas, obviamente, para que essa lei seja futuramente implementada pelo Poder Executivo. Nós também precisamos estar sensíveis à crise econômica por que passa o nosso País, que, conseqüentemente, não só afeta Porto Alegre mas também os Municípios brasileiros de um modo geral.

Foi apregoado agora pelo Presidente Cassio Trogildo uma emenda que condiciona a concessão do benefício fiscal às empresas que aderirem à política de incentivo ao primeiro emprego e que se cadastrarem, para que elas mantenham o direito de recolher a alíquota mínima do ISSQN, que é o imposto recolhido pelo Município, hoje estabelecido em 2%, mas que se condicione à arrecadação financeira vigente. Então acredito que esta emenda faz com que o Município... E aí agradeço não só àqueles Vereadores que já conheciam o projeto e manifestaram o seu apoio, sejam da oposição, daqueles que estão na condição de independentes, como eu e outros colegas, mas também àqueles que integram a base de Governo e que não criaram nenhum obstáculo à tramitação deste projeto. Tenho certeza de que, a partir da sua aprovação, teremos novos desafios pela frente, que é fazer com que a sua implementação aconteça de verdade, para que todos aqueles jovens, diante da falta de experiência comprovada na carteira profissional, da crise econômica que estamos vivendo, da falta de oportunidades que este momento acaba gerando em todo o País, possam – por um bom exemplo do Município de Porto Alegre, que servirá, sem dúvida, de inspiração a outras cidades brasileiras – acessar o mercado de trabalho, custear seus estudos, ajudar no sustento de suas famílias e conduzir uma vida com dignidade, qualificação profissional a partir daquilo que ganham no exercício de funções regulamentares no mercado de trabalho de nossa Cidade. Então, peço o apoio de todos não só no voto favorável ao projeto, mas também à Emenda nº 04, que acabamos de apresentar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoado e defiro o Requerimento, de autoria do Ver. Dr. Thiago, que solicita o desarquivamento do PLL nº 031/16.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLL nº 021/10.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, estamos na Ordem do Dia com um único projeto nesta tarde, com a retirada do projeto do Ver. Prof. Alex; depois nós teremos a Pauta, que tem projetos importantes do Executivo.

Eu queria, Ver. Carús, dar o meu apoio ao seu projeto. Eu acho que as ideias boas, independentemente de Bancada, de corrente, de ser oposição, ser situação ou ser independente, nós sempre devemos olhar com bons olhos. Até porque foi aprovado por todas as Comissões pertinentes ao tema – a CCJ, a CEFOR, a CUTHAB e a CECE –, ou

seja, preencheu os requisitos. As emendas, como V. Exa. já disse, corrigem algumas distorções de inconstitucionalidade ou que ferem a Lei Orgânica do Município. É claro que nós sempre estamos entre a cruz e a espada devido à Lei Orgânica do Município, que nos engessa e que tira, muitas vezes, atribuições desta Casa de fazer leis no Município de Porto Alegre.

O art. 94 continua sobre esta lei, que é boa, mas pode acontecer o veto do Prefeito em relação ao art. 94. Nesse momento o Líder do Governo não está aqui, mas o seu vice-líder, Ver. Moisés Maluco do Bem, poderia vir aqui depois e dizer o que pensa o Governo, para não correr o risco de vir o veto sem conversar com a Casa. Entendo que a ideia é boa. Isso possibilita que o cidadão, que está nos ouvindo e que está aqui também, que proponha a inclusão de empresas de pequeno, médio e grande porte no Programa Municipal do Primeiro Emprego. Ou seja, é mais uma inclusão, é mais uma ideia a este programa, e, naturalmente, nós temos que aprovar.

Esta Casa tem que ter a sua legitimidade, a sua independência. Nós vamos travar vários encontros em relação a projetos do Executivo aqui nesta Casa. Não se trata de ser Governo ou não; quando é bom para o Governo e bom para a Cidade, tem que ser bom para esta Câmara também. Ou seja, nós temos que buscar um consenso, e, quando não for possível, a maioria que vença, olhando o lado da sociedade porto-alegrense.

Portanto, quero dizer que fico muito alegre em ver um projeto desta natureza. Nós vamos apoiar, pelo menos este Vereador, porque entende que esse é um caminho a mais que podemos consolidar na geração de empregos para a nossa juventude. Hoje os sacrificados deste País são a juventude e os idosos, conseqüentemente este projeto vem ocupar um espaço necessário para gerar mais empregos à nossa juventude. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o projeto do Ver. André Carús não necessita de discursos favoráveis ou não. Só quis usar a tribuna para lembrar que não é de hoje que estamos com crise de empregos. O Ver. André Carús já se preocupou com isso em 2010. Portanto, é um projeto de convicção do Ver. Carús. Não foi um projeto de oportunidade, de aproveitar que estamos com crise de emprego para apresentar o projeto. Não. O Ver. Carús esteve aqui em 2010, como suplente, jovem – ainda é jovem, mas era mais jovem ainda –, e apresentou este projeto. Então, Vereador, cumprimentos pela sua coerência; apresentou em 2010 e persistiu. Hoje, V. Exa. é Vereador titular, um grande Vereador desta Cidade, e o projeto está aqui pronto para ser aprovado, com toda a certeza, pela grande maioria desta Casa. Parabéns.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos os porto-alegrenses que estão nos acompanhando ou pela TVCâmara ou nas galerias. Realmente, o Ver. Idenir Cecchim fez uso da palavra, para variar, com muita sabedoria. Não vamos precisar discutir muito o tema, se o tema é benéfico ou não. A gente acompanhou a construção deste trabalho do Ver. André Carús. Como fui solicitado pelo Ver. Cassiá, na ausência do nosso Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta e em nome do Governo, quero dizer que, sim, houve na realidade um entendimento do Governo de que nós vamos, por causa da Emenda nº 04, à qual vamos votar favoravelmente, também votar favoravelmente ao projeto.

É muito importante ressaltar que todo o esforço que a gente possa, na realidade, fazer, para que a gente defenda e combata esses índices assustadores de desemprego, a gente tem que achar não só louvável, mas aprovar, e, de público, quero aqui reconhecer o esforço do André Carús nesta proposição.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, boa tarde a todos e todas. Quero cumprimentar o Ver. André Carús pela ideia e pela insistência, pois é um projeto que tramita aqui desde 2010 e que agora chega ao momento de votação. Há dias discutíamos um projeto de nossa autoria que tratava da possibilidade de o Município conceder subsídios e incentivar que as empresas, os estabelecimentos comerciais tivessem um espaço para a guarda, a colocação da bicicleta, vestiários – uma estrutura mínima para o incentivo ao uso da bicicleta. Gerou um pouco de polêmica aqui até em função da alardeada crise que o Prefeito Marchezan coloca. Num momento de crise – como ele está colocando – dizer que não se pode falar, como se fosse um tabu aqui tratar de subsídios... Subsídio e taxa são os dois grandes instrumentos que o Poder Público dispõe para incentivar ou coibir condutas, principalmente quando ligadas ao setor econômico.

Aqui, o Ver. André Carús traz uma proposta de um incentivo, através da redução do ISSQN, ou da aplicação da menor alíquota, dependendo se essa empresa for de pequeno, médio ou grande porte, se tem cadastradas ali 20% ou 30% de pessoas que estão ingressando no mercado de trabalho, considerados aí dos 16 aos 29 anos. A Emenda nº 04 deixa todo o poder para o Executivo, ela está dizendo que esse incentivo será dado dependendo da situação financeira do Município, portanto dá total poder ao Executivo de manejar essa política, não torna a política obrigatória e ainda deixa na discricionariedade do Executivo estabelecer o momento, se tem ou não disponibilidade financeira. Então, a Emenda nº 04 deixa o Executivo com a faca e o queijo na mão.

Aprovando-se a lei, fica a necessidade de fazer uma política de incentivo tão nobre como é a questão do emprego.

Então, venho à tribuna para dizer que nós não precisamos tratar os subsídios ou as taxações, imposição de impostos, de forma genérica, ou subsidiar uma certa atividade do Município como algum tabu. Nós temos subsídios e subsídios e temos impostos e taxações. Se forem bem controlados e bem direcionados, são, sim, o principal instrumento de que o Executivo dispõe para fomentar ou inibir condutas, sejam na área econômica, sejam em outras áreas. Não se trata de um tabu, não se trata de discussões ideológicas, trata-se de estabelecer o que são prioridades, como é o caso, não tenho dúvida nenhuma, Ver. André Carús, de que o fomento ao primeiro emprego é uma das grandes necessidades. Então, o Poder Público tem, sim, um papel; não é o livre mercado que vai regular isso. A gente já percebeu em inúmeros momentos da história que o livre mercado, com a abstenção total do Estado deu no que deu. Quem podia sacrificar os outros o fez. Então precisou justamente que o Estado interviesse. Acho que essa forma de intervenção, através de uma premiação, eu diria assim – que de prêmio não tem nada, porque nós não estamos aqui falando que isso aumentaria o lucro do empresário –, não serve para aumentar o lucro, e sim para fomentar especificamente uma situação, que é a geração de emprego. Então realmente é louvável que se aprove algo nesse sentido. Eu o parabeno pela proposta e acredito que a Emenda nº 04, que eu falava antes, acaba dando todo o poder ao Executivo para direcionar o melhor momento e aplicar a política de incentivo como está sendo proposta no projeto. Parabéns! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, colegas, enfim, todas as pessoas que nos prestigiam com sua presença na sessão de hoje; eu confesso a vocês que fiz questão de usar a tribuna, porque este projeto do Ver. Carús me tocou profundamente por uma experiência que eu tive no passado, que foi muito rica. Quando fui Secretária de Estado da Cultura, eu fiquei muito impressionada ao levar projetos culturais a locais que nós havíamos mapeado no Rio Grande do Sul, que era onde havia mais violência e nos quais os jovens que não tinham recursos financeiros para estudar, fazer faculdade, enfim, quando terminavam o ensino fundamental e o ensino médio, ficavam nas praças – sem condições de trabalhar, sem condições de estudar e a droga campeando solta. E nós identificamos ali aquele risco, aquele grande risco de a droga chegar perto da nossa juventude, e era uma maneira para que aqueles jovens sentissem que eram um projeto de vida. Então, como Secretária de Estado da Cultura, passei, a partir daquele momento, a mapear o Estado do Rio Grande do Sul e a levar projetos culturais, como oficinas de fotografia, teatro, literatura, com o objetivo único de despertar vocações, para que aqueles jovens tivessem um objetivo de

vida. E quando me chegou às mãos o projeto do Ver. Carús, eu imediatamente me reporte para aqueles tempos, para um passado não tão distante assim, foi no ano de 2007, de 2007 até 2010, anos em que eu fui Secretária de Estado da Cultura, em que eu vivi, e me preocupou muito, esse abandono, esse descaso com a juventude do nosso País que precisa, sim, desse incentivo, precisa ser olhada com todo o carinho, não só para que eles tenham o seu primeiro emprego, mas principalmente para que eles tenham estímulo, para que eles tenham um projeto de vida, Ver. Carús. Eu, então, fiz questão de apoiar o seu projeto e viabilizar, através de uma emenda, que o Poder Executivo, conforme a disponibilidade financeira, poderá conceder o benefício previsto na Lei Complementar nº 07, de 7 de dezembro de 1973, apoiando. Então, receba aqui o apoio da Líder da bancada Progressista e os meus cumprimentos, porque é um projeto que tem como objetivo incentivar os nossos jovens, que são o futuro da Nação, é o que nos importa.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLCL nº 021/10.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein; Vereadores e Vereadoras; público que nos assiste das galerias e pela TVCâmara; Ver. André Carús, talvez nem tenha sido o seu propósito... Claro que seu projeto é meritório e há preocupação com a geração de emprego, principalmente para o jovem que está iniciando a sua carreira, que muitas vezes tem pouca experiência, por isso, acaba sendo deixado de lado, e tem todas as dificuldades, que a sua própria Exposição de Motivos coloca muito bem. Esse jovem, muitas vezes da periferia, acaba não conseguindo emprego, Ver.^a Comandante Nádia, e indo para o crime, porque não consegue emprego. Então, toda a tentativa de busca por uma oportunidade para esses jovens, nós temos todo o cuidado e interesse em procurar ajudar, e, se através de uma lei, conseguirmos ajudar a construir isso, sou favorável. Mas o que eu lhe dizia, Ver. André Carús, é que talvez essa diminuição na alíquota do ISS, a redução na taxa, que hoje é de 2% a 5%, em Porto Alegre, muitas vezes é mais alta do que nos Municípios em torno da cidade de Porto Alegre, o que acaba incentivando algumas empresas a saírem da Cidade e se colocarem para as cidades do entorno. Nós temos acompanhado, ao longo dos anos, que muitas empresas de serviço acabam colocando seus escritórios e se estabelecendo na região metropolitana, fora de Porto Alegre. Porto Alegre tem perdido empresas, ano a ano, que saem da Cidade. Então a proposta do Vereador é buscar a iniciativa através da diminuição da alíquota para aquelas empresas que vão gerar emprego sem demitir os seus funcionários, criando novos empregos para jovens de 16 a 29 anos; com isso, as empresas terão uma redução no imposto. Isso pode trazer uma melhor concorrência para a cidade de Porto Alegre, tendo menos impostos para essas empresas, dessa forma,

trazendo empresas de fora ou, pelo menos, mantendo as nossas empresas que estão saindo da cidade de Porto Alegre.

Eu estou plenamente de acordo, Ver. André Carús, e votarei favoravelmente. Tenho certeza de que o seu projeto será de grande valia para a cidade de Porto Alegre. Conte conosco!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. ANDRÉ CARÚS (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a votação em bloco das Emendas nº 01 e nº 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 021/10.

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. André Carús. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco das Emendas nº 01 e nº 02 e da Subemenda nº 01 à Emenda nº 02 ao PLCL nº 021/10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o rejeitam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO.**

Em votação a Emenda nº 04 ao PLCL nº 021/10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA,** com o voto contrário do Ver. Felipe Camozzato.

Em votação o PLCL nº 021/10. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO,** com o voto contrário do Ver. Felipe Camozzato.

O Ver. Professor Wambert solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 25 a 29 de maio. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein – às 15h31min): Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0459/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/17, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui parágrafo único no art. 21 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, condicionando a extinção, a venda e a alienação do controle acionário de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou

fundação pública à concordância da população manifestada por meio de consulta plebiscitária.

PROC. Nº 1309/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/17, que altera o inc. I e os §§3º, 5º e 6º do art. 5º, as als. b e c do inc. I, renumera o parágrafo único para §1º e inclui o §2º no art. 9º, todos da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre (PREVIMPA), disciplina o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre e dá outras providências e revoga o §2º do art. 3º da Lei Complementar nº 762, de 12 de junho de 2015, que dispõe sobre o Fundo de Reparelhamento e Aperfeiçoamento Previdenciário. (Redução/ taxa de administração – 2% para 1,5%)

PROC. Nº 1001/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 109/17, de autoria do Ver. João Bosco Vaz, que institui homenagem aos policiais civis, militares e federais mortos em serviço, constituída por um monumento.

PROC. Nº 0546/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 043/17, de autoria do Ver. Paulo Brum, que obriga os estabelecimentos públicos e privados localizados no Município de Porto Alegre a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do transtorno do espectro autista – autismo.

PROC. Nº 0797/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 073/17, de autoria do Ver^a. Margarete Moraes, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 6.389, de 21 de abril de 1989, instituindo eleição direta para o cargo de Diretor do Atelier Livre Xico Stockinger e dispondo sobre a sua realização.

PROC. Nº 0865/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/17, de autoria do Ver. Cassio Trogildo, que institui e define como Zona Livre de Agrotóxicos à Produção Primária e Extrativa a área definida como Zona Rural no Município de Porto Alegre.

PROC. Nº 1067/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 117/17, de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa, que institui o Programa de Incentivo à Qualidade de Vida e à Mobilidade Urbana.

PROC. Nº 1304/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/17, que dispõe sobre o reconhecimento de dívidas consolidadas referentes às despesas de exercícios anteriores.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1305/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/17, que altera o art. 1º da Lei Municipal n. 9.870, de 30 de novembro de 2005, que dispõe sobre a política salarial dos servidores da administração centralizada, das autarquias e fundação municipais.

PROC. Nº 1306/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 003/17, altera o art. 3º da Lei nº 11.403, de 27 de dezembro de 2012, que alterou a Lei nº 4.267, de 7 de janeiro de 1977 – que autorizou o Poder Executivo a constituir a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa).

PROC. Nº 1311/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 005/17, que inclui a al. d no inc. I do art. 2º da Lei Complementar nº 505, de 28 de maio de 2004, que dispõe sobre alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre. **Com Emendas nºs 01 e 02.**

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. GOULART: Sr. Presidente, meus queridos Vereadores e minhas queridas Vereadoras, não podia deixar de usar esta tribuna, mas a conversa é para o bem! Queria cumprimentar o nosso querido Thiago Duarte, que está atento ao Hospital Parque Belém. Vem se somar a nós, nesta Legislatura, o Ver. Oliboni. Nós não podemos deixar fechar um leito do Hospital Parque Belém. Por que é que eu digo isso? Porque eu e o Ver. Dr. Thiago conseguimos manter vivo, de maneira muito delicada, de maneira muito tênue o Hospital, com 25 leitos de psiquiatria versada em uso de drogas, que está fazendo parte de tudo que é cidade grande, cidade moderna. Então, se mantém o Hospital Parque Belém aberto. Mentira, não está aberto, fecharam a psiquiatria.

Se vocês forem visitar – o Thiago Duarte mostrou aqui alguns filmes –, nós temos um belíssimo hospital, um hospital que parece antigo, que nem os hospitais franceses e ingleses, que, por fora, parecem uma obra antiga. Mas, se tu entras nos hospitais, eles são ricos, prontos para atender às pessoas na urgência ou não urgência. Eles têm aparelhos moderníssimos, e o Hospital Parque Belém é assim. Ele tem uma emergência, meus queridos, para a Zona Sul, onde, de maneira muito tênue também, são atendidas as emergências mais graves do Hospital da Restinga, que se transformou numa grande UPA, que faz atendimentos de urgência, mas não opera. O Parque Belém está preparado para operar, está preparado com UTI. É um hospital que atende à Zona Sul, que só tem o Hospital da Restinga desse jeito que eu falei para vocês. Um hospital maravilhoso é o Parque Belém, e o outro hospital muito bom para emergências é o Cristo Redentor.

E a Zona Sul, como é que fica? Eu imagino que a Prefeitura deve chamar o Hospital Parque Belém e fazer uma intervenção, porque eles só gastariam o primeiro dinheiro. Depois, o hospital conquista, com o seu atendimento, verbas do SUS. Não precisa a Prefeitura ficar ansiosa, principalmente com essa falta de dinheiro incompreensível que vem acontecendo ultimamente. Ele tem que botar o Hospital para funcionar. Primeiro, vão atender pessoas que estão muito distantes dos outros hospitais, e estão naquela zona do Parque Belém. E, ainda por cima, vão ganhar dinheiro do SUS, ganhar dinheiro do IPE, da Unimed, porque ele é um hospital misto – atende SUS e particular. Ele é um hospital da Família Oscar Pereira. Nós precisamos, nesse momento de desencontro administrativo, fazer com que esse trabalho seja feito pela Secretaria da Saúde, por um tempo, e depois se devolve, saneado, para a Família Oscar Pereira.

Quero cumprimentar a fala do nosso Ver. Dr. Thiago, também do Ver. Oliboni. Peço que todos assinem este projeto, como pedi ontem para os senhores votarem a favor da prevenção do câncer nos postinhos de saúde – e agradeço novamente a aprovação por unanimidade. Imagino, dessa maneira, que devamos todos nos unir pelo Hospital Parque Belém, mesmo porque um de nós pode precisar desse Hospital amanhã, porque é um hospital de pronto socorro aparelhadíssimo, com enfermarias, com urgência, com UTI, com tudo. Uma pessoa do nosso carinho pode precisar amanhã, e nós não podemos ser omissos: vamos tocar para frente essa Frente Parlamentar pelo Parque Belém, Ver. Oliboni e Ver. Dr. Thiago. Viva o Hospital Parque Belém para o SUS!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Dr. Goulart. Faça as suas palavras e as palavras do Ver. Dr. Thiago as minhas palavras.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CASSIÁ CARPES: Obrigado, Presidente Nagelstein em exercício, Vice-Presidente desta Casa; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; acho que a Pauta de hoje nos oferece uma oportunidade de começar a dialogar sobre algumas questões e projetos do Executivo, que vieram para esta Casa. Aqui são onze propostas de projetos, mas quero me referir especificamente a três projetos. O primeiro deles é sobre a taxa de administração do Previmpa. Pela reunião que fizemos com o Diretor-Presidente do Previmpa, esta parte, Vereadores Adeli e Oliboni, não é uma parte que traz polêmica. O Previmpa até admite baixar de 2 para 1,5% a taxa de administração, pois isso não vai ocasionar nenhuma preocupação no plano de Previdência do Município. Então, neste aspecto entendo que a redução vem em um bom momento, pois não afeta o Previmpa.

Discorrendo sobre os projetos do Executivo, falo sobre a perda na reposição salarial – aqui é o grande X da questão! Em 2005, o Governo Fogaça instituiu a reposição salarial pela inflação. Por quê? Porque na oportunidade, Ver.^a Mônica, em que se cortava a bimestralidade do funcionalismo municipal, instituída no Governo do PT – o próprio PT entendeu que não se tinha mais condições de dar reajuste

bimestralmente –, houve essa recomposição, os municipais teriam uma reposição salarial pela inflação. Nada mais justo que os funcionários tivessem, no mínimo, a reposição salarial. Não foi um aumento, foi uma reposição, deixo isso bem claro, pois alguns podem pensar que foi aumento; não, a reposição da inflação do ano anterior, no caso, data-base maio. Então, naturalmente, tirar essa reposição é sem dúvida um golpe no funcionalismo municipal, até porque vocês imaginam o constrangimento desta Casa tirar a reposição da inflação dos funcionários do Município e manter a reposição salarial para os Vereadores. Seria um caos, uma vergonha, coisa que nós não podemos admitir. Portanto, deixo bem clara a minha opinião. Já discutimos isso no partido. Na minha opinião devemos deixar como está, até porque, hoje, os servidores de Porto Alegre obtiveram uma liminar proibindo o parcelamento de salários – já se falava em parcelamento! Naturalmente, a Justiça começa a se pronunciar. Então eu não estou aqui criticando ninguém, nem o Governo, eu estou dando a minha opinião, são as minhas convicções que sempre foram bem expostas ou colocadas com muita clareza, do meu posicionamento e daquilo que pode afetar esta Casa que tem harmonia com o Executivo, mas tem independência; esta Casa é independente, é o Legislativo, para corrigir, para aperfeiçoar, para melhorar, enfim, é esse o objetivo.

Terceiro projeto polêmico: alíquota do Previmpa no Município. Imagina atingir os funcionários duas vezes, cortando a reposição salarial e ainda colocando mais alíquota de 11 para 14%, mais 3%. Isso representa uma perda de 7 a 8% e que pode futuramente ocasionar uma perda monstruosa para o funcionalismo municipal que já estão com os salários achatados devido a essas questões, porque muitas vezes a inflação não é, João Bosco, aquela que nós vimos no supermercado, que é muito maior, aquela que nós vimos no dia a dia, que é muito maior. Ainda existe, aqui, uma possibilidade de que nós possamos conversar, Ver. Nagelstein, sobre parcelar. Portanto, a Câmara tem esta prerrogativa de buscar o diálogo, mas são preocupações, tenho certeza, não só deste Vereador como da Casa, de todos os Vereadores, num momento crucial. Esta é a minha opinião, a pauta está aí para que nós possamos discutir, dar opiniões, corrigir, aperfeiçoar e melhorar aquilo que é bom para a cidade de Porto Alegre. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, eu quero começar elogiando a Câmara Municipal pelo voto na segunda-feira. De fato, eu, Ver. Cassiá Carpes, vou falar no mesmo tom de V. Exa., porque a não aceitação – e aqui falo para o Adulto, da representação do Simpa, que veio aqui hoje preocupado com este tema – do Regime de Urgência foi uma sinalização muito importante. E a audiência pública pedida pelo PMDB e agendada para o dia 19. São duas sinalizações muito importantes, tanto para a categoria quanto para o Prefeito Marchezan e para esta

Câmara, que tem uma grande responsabilidade com o serviço público e com os servidores públicos. Uma sinalização em duplo sentido, num sentido para o Prefeito, que vai ter que dialogar, explicando melhor os números, pois há muita divergência em relação aos números. E nós não vamos aceitar medidas que não estejam bem estudadas e que não tenham alternativas construídas antes de confiscar salário, porque acho que aqui o Ver. Cassiá Carpes fez muito bem a conta: o salário já perdeu da inflação do ano passado 4,8%, já perdeu! E conforme os meses vão passando neste ano, essa perda se acumula já de alguns percentuais de inflação. Ora, não recompor essa perda e ainda solicitar um desconto ainda maior do Previmpa é penalizar sobremaneira o funcionalismo que não é o responsável por uma eventual crise que esta Prefeitura vive – não é! Nós temos várias decisões de gestão, temos uma crise econômica que se agudizou no Brasil pela crise política, e o funcionalismo bravamente vem superando e tocando o serviço público. Ora, na FASC, toda a terceirização, os funcionários se mobilizando todo o tempo, e agora estamos com um drama aí porque está fechando uma série de postos. Na educação, a RBS dizia hoje que são 200 professores faltando, ou seja, ninguém viu as escolas municipais fazerem escândalos nas redes sociais ou na televisão porque faltavam professores, as escolas estão segurando as aulas, substituindo, não deixando aluno ir para casa, adiantando disciplinas. Então os funcionários vêm segurando o problema de gestão há muito tempo, com garra, porque defendem a Prefeitura, defendem o patrimônio público, querem apresentar soluções.

Da mesma forma, é exemplar a reunião que nós tivemos ontem – o Ver. Cláudio Janta hoje não está aqui, mas o Alexandre o está representando – com o Secretário Elizandro Sabino, com uns 15 funcionários da Carris. O que os funcionários diziam? “Nós temos sugestões, sabemos onde está falhando, mas não tem diálogo para isso, não tem uma construção conjunta, não tem gestão!” Então, o funcionalismo não pode ser responsabilizado pela crise e pagar a conta da crise sem a retomada de medidas de gestão corretivas do funcionalismo. Então eu quero dizer que a audiência é dia 19, há rejeição da urgência, está de parabéns esta Casa, ela volta, ela sempre teve credibilidade com os municipais, a política pode estar muito vilipendiada, mas a Câmara de Vereadores recebe sempre as demandas dos funcionários e tem sido brava na mediação das suas demandas. Acho que é muito importante isso, manter isso para o crédito na política.

E, por fim, comento o plano de reestruturação do Prefeito Marchezan, num único aspecto, neste momento, convidando a todos os Vereadores e as Vereadoras para amanhã estarem aqui no início da tarde, às 14h. Eu sei que todos têm agendas entremeadas na quinta-feira, porque amanhã o período temático de Comunicações será sobre o direito ao esporte, ao lazer e à recreação, Vereadores e Vereadoras. E será realizado pelo Prof. Mauro Myskiw, da UFRGS, e duas lideranças comunitárias, a Nelci, do Parque Alim Pedro, e o Seu Maciel, que muitos de vocês conhecem, do Parque Ararigboia. Eles virão falar aqui o que significa SME, Secretária Municipal do Esporte, do direito ao esporte, dos programas, das políticas, que precisam dessa estrutura de Secretaria, que ela rende muito mais do que o gasto que causa. Então, amanhã será uma tarde muito bonita e nós gostaríamos... Eu tenho certeza que muitos

Vereadores já estão convidados, mas o prestígio de todos nós aqui participando de forma pró-ativa para a Câmara acolher uma demanda muito linda da cidade de Porto Alegre, uma Secretaria que se enraizou, que é pequena, que custa pouco e que tem uma grande pertinência social.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Ver. Valter Nagelstein, colegas Vereadores e Vereadoras, senhoras e senhores, nós estamos aqui neste momento discutindo um conjunto de projetos de lei, dentre os quais se evidenciam os projetos de reestruturação administrativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Como já pude dizer na segunda-feira, volto a repetir aqui, é um momento de ouvir, ouvir e ouvir. É muito simples pegar uma calculadora e decidir que temos que aumentar em 3% a contribuição dos servidores para o Previmpa, nosso fundo municipal de aposentadoria. É muito simples. Mas foi pensado bem e discutido com todas as categorias profissionais da Prefeitura? Aqui estão dirigentes do Simpa, do Sindicâmara nos ouvindo, e eu pergunto: não estamos atropelando mais uma vez esse processo?

Eu dizia há pouco a uma das lideranças do Governo que, se chamarem agora, amanhã, às 9h30min, como querem, ou depois de amanhã, uma reunião emergencial da CCJ ou de outra comissão a que devo estar, eu lá estarei, mas estarei presente com a autonomia e a independência que têm guiado o meu posicionamento aqui nesta Casa, para solicitar vistas, diligências, analisar os cálculos. Claro que há outros projetos. Como ficará a Procempa? Ainda não pude estudar concretamente o projeto porque está começando o debate. Há aqueles que temos mais domínio; outros, nós temos que pesquisar, estudar, trabalhar. Parece que voltamos a ter uma crise no DEP, inclusive com demissões de dirigentes. Mas qual é a razão real? É por que a Prefeitura está por nos propor a unificação do DEP com o DMAE e com outras estruturas? Mas esse é um velho debate! Eu lembro que, quando o ex-Prefeito Olívio Dutra chegou ao Governo em 1989, foi o nosso governo que propôs essa unificação. Depois, talvez por atividade do gestor, o DEP se tornou um dos departamentos mais ativos, mais dinâmicos da Prefeitura. E ninguém mais falou em unificar o DEP com o DMAE. Mas hoje em dia, com os problemas todos surgidos no DEP, os pedidos de saída são frutos por que as pessoas estão incomodadas por uma possível unificação? Ou a raiz está nos pepinos, nos problemas, nas idiosincrasias criadas pelas últimas gestões? Todas elas com fortes denúncias, indícios claríssimos por pagamentos feitos e obras não realizadas. O que guia esse procedimento? Por que motivos as pessoas se movem? As coisas se movem por algum motivo. Nada é fortuito, tudo tem razão de ser. Por isso é que eu pretendo, com afinco e dedicação, como faço no dia a dia desta Casa, fazer estes procedimentos, mais do que nunca, com a mesma forma de agir, porque estão em jogo pessoas, vidas, carreiras, estruturas, e a gente não desmancha nenhuma

delas, apesar de que alguém já disse que tudo o que é sólido desmancha no ar, mas nós temos que saber e verificar depois se essa poeira não vai cegar alguém. Por isso é que eu penso; por isso é que eu faço as minhas ações; por isso é que eu falo aqui. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Encaminho meu voto pela rejeição do PLCL nº 021/10 e suas emendas, pelas seguintes razões: Ainda que se trate de matéria importantíssima, qual seja, a plenitude do emprego dos jovens e sua inclusão no mercado formal de trabalho, o projeto de lei incide em afronta à livre iniciativa e, por isso, não pode receber aprovação desse Vereador. É princípio insuperável do NOVO o respeito ao livre mercado e, portanto, decorre desse a rejeição a qualquer tipo de interferência direta no mercado de trabalho por parte da legislação, com vistas a privilegiar um setor social específico. O projeto, em que pese a sua boa intenção de permitir acesso dos jovens ao mercado de trabalho, acaba por criar incentivos negativos ao desenvolvimento de um mercado de trabalho livre e competitivo. Isso porque acaba por desincentivar a manutenção de trabalhadores de idade acima de 29 anos no mercado de trabalho. Além disso, impõe que empresas que pretendam contratar profissionais experientes deixem de obter o mesmo benefício, o que inevitavelmente acaba por distorcer a livre concorrência. Trata-se, inequivocamente, de interferência indevida do estado nas organizações privadas, especialmente no mercado de trabalho e na livre concorrência. Nessa medida, não há como dar guarida ao projeto, seja na sua redação originária, seja na redação alterada pela Emenda de nº 04”.

O SR PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que acompanha a Sessão no dia de hoje, eu também queria me pronunciar sobre alguns projetos que estão em 1ª e 2ª Sessões de Pauta. Casualmente, o primeiro projeto em 1ª Sessão de Pauta é um projeto de minha autoria, que inclui o parágrafo único no art. 21 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, condicionando a extinção e venda e alienação do controle acionário de empresas públicas – portanto, falamos aqui da Carris, do DMAE –, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública à concordância da população, manifestada por meio de consulta plebiscitária. Isto é, instituindo, em caso de uma decisão do Prefeito Municipal de extinguir alguma dessas empresas públicas ou autarquias, uma consulta à população. Isso já existe no Estado, como, por exemplo, em relação ao Banrisul, que é uma ideia que julgo muito interessante na medida em que, óbvio, se o Governo do Estado tiver a maioria da população concordando com a privatização, ele estará livre para fazer um projeto de lei nesse sentido. No caso aqui da Prefeitura de Porto Alegre, com relação à Carris, ao DMAE e a outras entidades.

Queria também aqui fazer uma manifestação de uma preocupação com o PLE nº 001/17, do Executivo, que diz o seguinte (Lê.): “Dispõe sobre o reconhecimento de dívidas consolidadas referentes às despesas de exercícios anteriores”. Ver. Dr. Goulart, este projeto de lei traz toda a dívida que até então o Governo atual não pagou das obras do exercício anterior. Na medida em que nós concordarmos, creio eu, com o parcelamento do pagamento da dívida, nós estaremos dando anuência para dívidas que, em tese, podem ter sido majoradas, superfaturadas. Porque no projeto de lei não vem a relação de qual obra, do que foi gasto, do que foi feito. Portanto, este é um projeto, entre aspas, pega-ratão; com o qual devemos ter um enorme cuidado. Porque nós estaremos legitimando o fornecedor, o empreiteiro que, ali atrás, fez uma determinada obra, que foi, em tese, superfaturada, teve vários termos aditivos, a receber parceladamente. É um enorme cuidado que temos que ter.

Creio também que essa questão do projeto de lei aqui levantado pelos colegas, que está já em 2ª Sessão de Pauta, o PLE nº 002/17, que altera o art. 1º da Lei Municipal nº 9.870, de 30 de novembro de 2005, que dispõe sobre a política salarial dos servidores da administração centralizada, das autarquias e fundação municipais, se nós mesmos, aqui, concordamos que o reajuste do Vereador tem que ser pela inflação ou pelo INPC, por que não vamos concordar que o funcionário público não deva ganhar a mesma coisa que nós ganhamos? Isso é o mínimo de coerência! Nós vamos concordar com o Governo e tirar o reajuste da inflação anual? É uma enorme incoerência! Isso aqui é dialogar com a reforma do nosso Governo, desculpa dizer, mas o Governo golpista do Temer, que está logo para cair, com relação à reforma trabalhista que está propondo, transferindo para os Estados e Municípios que eles façam o dever de casa, e um deles é tirar o reajuste salarial dos trabalhadores. Lamentavelmente! Jamais podemos concordar! Temos que ter um enorme cuidado, Ver. Cassiá, com esses projetos do pacote do Executivo. Um grande abraço. Obrigado

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, com atenção tenho ouvido as manifestações anteriores neste período, Ver. Sofia, que nós dois sempre privilegiamos como sendo um período especial da Casa, porque permite um debate prévio que, felizmente, tem entusiasmado alguns de nossos colegas, de modo muito especial o Ver. Cassiá, que tem participado desse debate prévio. É comum e no primeiro ano de uma legislatura percebemos isso com mais profundidade, porque são desarquivados vários projetos que chegam até nós para debatermos, dos quais não lembramos mais de quando tivemos contato. E que, no mais das vezes, tem manifestações das Comissões Temáticas que simplesmente foram realizadas na Legislatura anterior por alguns ex-colegas que, por qualquer razão, não estão conosco no presente momento. Eu ouvi bem o Ver. Cassiá Carpes. O Vereador

optou por se manifestar sobre três projetos. Eu estou na mesma linha dele, em que pese os três projetos serem diferenciados. Eu vou me manifestar especialmente sobre aqueles três projetos que se encontram hoje no último dia de discussão preliminar de Pauta e que, certamente, hoje poderão ter o enfrentamento da nossa parte na medida em que, daqui para diante, eles serão examinados pelas Comissões Temáticas e nem sempre os projetos a que estou me referindo chegam até a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, da qual eu faço parte. É o caso, por exemplo, do projeto de lei do Executivo que altera o art. 1º da Lei Municipal nº 9.870, de 30 de novembro de 2005, que dispõe sobre a política salarial dos servidores da administração centralizada, das autarquias e fundação municipais. Por que, Ver. Goulart, eu me manifesto sobre este projeto? Porque coincide que neste ano de 2005 nós não estávamos na Casa, V. Exa. e vários colegas estavam, e mesmo não estando na Casa sei em que circunstâncias foi construído o projeto de lei que se quer alterar agora. É uma matéria extremamente delicada, especialmente neste momento em que a Nação está convivendo com toda essa desordem político-administrativa que se tem conhecimento. Então, o que eu gostaria – e vou me prevalecer de minha idade mais avançada – é de sugerir aos demais colegas da Casa que, com relação a esses três projetos finais, os olhemos de uma forma muito especial, sendo que já está definido que haverá audiências públicas em torno dos outros dois – pelo menos no que diz respeito às alíquotas de contribuição previdenciária para fins de custeio do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre.

O outro, que fala sobre a alteração da lei que autorizou o Poder Executivo a constituir a Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre – Procempa. A súmula, o introito, a colocação inicial a respeito da lei não desapercebeu o que realmente ela contém, e eu recomendo a todos que busquem se aprofundar sobre essa matéria, como eu já o fiz. Eu tenho algumas opiniões que quero partilhar com os demais colegas, quero sobre elas me aprofundar e admitir, se for o caso, recuo das posições que, preliminarmente, eu estou assumindo, ou, de outro instante e de outra banda, se assim for recomendado, com elas persistir e insistir.

O que eu quero, em súmula, dirigir a todos os colegas é que essas três matérias, hoje em 2ª Sessão, PLE nº 002/17, PLE nº 003/17 e PLCE nº 005/17, precisam ser olhados com muita profundidade, porque são importantíssimos, têm reflexos significativos, e esses reflexos podem consagrar o nosso trabalho enquanto legisladores, se bem examinados, ou podem nos responsabilizar, perante a história, de forma negativa. Vamos primar pela primeira posição e, responsavelmente, examinar essa matéria. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Boa tarde, é um prazer retornar à tribuna, colegas ainda presentes. Quero falar sobre algo que já foi dito aqui, que é a reposição automática da inflação do servidor público. É notório, todo mundo sabe, do esforço do Poder Executivo, Prefeito Marchezan, da transparência máxima ao tamanho do rombo que existe na Prefeitura de Porto Alegre. Eu me questiono aqui... Algumas pessoas que vêm a esta Casa têm certas tendências de ignorar o tamanho dessa dívida. Ninguém disse, em nenhum momento, que o Prefeito ou algum novo gestor tem o desejo de não pagar o servidor público ou de querer, por livre e espontânea vontade, a bel-prazer, parcelar salário de servidor, uma medida altamente impopular.

Então, eu trago aqui à luz a discussão desse processo, que é o PLE nº 002/17, Vereadores Paulo Brum, Luciano Marcantônio, Cassiá Carpes, João Bosco Vaz, Dr. Goulart, André Carús, Prof. Alex Fraga e Aldacir Oliboni. Eu questiono: como é que nós vamos assegurar qualquer tipo de aumento, se há uma dúvida grande se há recursos para pagar o servidor em dia? A proposta é simples: é atrelar a possibilidade de dar o reajuste e o índice desse reajuste com o dinheiro que se tem. E por isso, de público, eu venho aqui dizer que, neste momento crítico das finanças, ninguém pode se sentir confortável, nem nós, Vereadores, para ter qualquer tipo de reajuste. A situação de desigualdade é gigantesca, num País onde o salário mínimo é tão baixo, e alguns membros, inclusive do Judiciário, ganham centenas de milhares de reais mensalmente.

Finalizando, quero convidar a população que nos assiste pela TV Câmara e nas galerias, a todas as pessoas, os Pares, todos que puderem nesta sexta-feira vir à Câmara de Vereadores, que o assunto a ser debatido será muito importante. Está sendo instalada uma frente parlamentar de recuperação, uma tentativa de recuperação do arroio Dilúvio, que é uma ferida aberta na cara do porto-alegrense.

Então, eu queria saudar os Vereadores que integram essa frente e dizer que sexta-feira, às 10h, no Plenário Ana Terra, teremos nessa frente este Vereador e os Vereadores Mauro Pinheiro, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, José Freitas, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Prof. Wambert e o nosso colega que hoje preside esta Sessão, Valter Nagelstein. Para que possamos discutir e debater com as entidades que estarão presentes que já confirmaram presença, PUC, UFRGS, entidades do meio ambiente, ONGs, essa importante frente parlamentar vai discutir soluções criativas. Temos que, cada vez mais, deixar claro que a gente não pode ficar esperando tudo do Governo, não estou falando do Governo Municipal, falo do Governo Municipal, Estadual e Federal. Vamos discutir com a sociedade maneiras criativas de a gente buscar a recuperação do arroio Dilúvio. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Aprego o PLL nº 024/17 e o PR nº 012/17.

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho aqui falar em nome do meu partido, a REDE Sustentabilidade, até porque o meu nobre colega Ver. Idenir Cecchim citou hoje a nossa liderança maior da REDE Sustentabilidade, a ex-Senadora e ex-Ministra Marina Silva, que, graças a Deus, ela está sumida dos noticiários que afloram no País sobre as propinas da JBS, da Odebrecht. Realmente ela está sumida, não apareceu nos noticiários, e tenho certeza de que assim continuará, fora dos noticiários da propina. Também quero dizer que nós temos a nossa posição política dentro da REDE Sustentabilidade, e sempre é cobrado da ex-Senadora as suas posições políticas. Na época do *impeachment*, a Senadora era favorável, mais do que isso, ela era favorável ao que provavelmente vai acontecer agora, que é a cassação da chapa Dilma/Temer no TSE, que será julgada dia 6. O relator já tem o parecer favorável, que será votado no dia 6 de junho. Hoje eu também sou favorável ao *impeachment*, à saída do Presidente Michel Temer. Muito se dizia, na época, as pessoas que votaram a favor da saída da Presidente Dilma, que ela não tinha mais condições políticas dentro do Congresso Nacional, portanto estava prejudicando o País. Muitos foram os Deputados que votaram pelo *impeachment* dizendo que deveríamos trocar a Presidente da República, além dos motivos da época, porque ela não tinha a maioria no Congresso. Pois bem, o Presidente atual, Michel Temer, também não tem mais condições políticas dentro do Congresso e junto à opinião pública, como nunca teve, para ser Presidente da República. Agora, além de tudo isso, temos sérias denúncias já comprovadas. Na delação da JBS, o Wesley apresentou números que mostram que existem contas no exterior na soma de \$150 milhões, valor que era para as campanhas políticas do Presidente Lula e da Presidente Dilma e que foi usado na chapa Dilma/Temer, na eleição de 2014. Está explicitado que houve dinheiro de caixa dois, dinheiro de fora, dinheiro de propina de uma empresa que fez delação. Quantas outras empresas não devem ter feito o mesmo movimento nas eleições de 2014? Há elementos suficientes para que seja julgada no TSE, no dia 6 de junho, a chapa Dilma/Temer pela sua inconstitucionalidade. Com isso temos previstas eleições indiretas pelo Congresso Nacional. Na minha opinião, este Congresso que aí está não tem as mínimas condições, por tudo o que está acontecendo no País, para votar, de forma indireta, no Presidente da República para um mandato-tampão até 2018. Por isso sou totalmente favorável à emenda à Constituição do Deputado Federal Miro Teixeira, do Rio de Janeiro. Não há nenhum tipo de golpe, porque é uma emenda à Constituição, são previstas emendas à Constituição. Que seja aprovada a PEC, do Deputado Miro Teixeira, e dessa forma, então, tenhamos eleições diretas o quanto antes neste País, para que a democracia e o povo possam escolher. Sabemos da falta de credibilidade política, hoje, mas a democracia é sempre a melhor forma, por isso, somos favoráveis à emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Matheus Ayres está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MATHEUS AYRES: Obrigado, Presidente. Boa tarde a todos; Vereadores; colegas da Casa; senhores que estão trabalhando nos seus Gabinetes. Em tempos de política e partidos tão desgastados, eu gostaria de falar de dois temas muito importantes. Porto Alegre tem na semana do dia 25 de maio, a Semana de Incentivo à Adoção de Crianças e Adolescentes. Amanhã, celebramos o Dia Nacional da Adoção de Crianças e também o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas. A minha escolha ao vir para a política também foi de comprometimento ideológico. O Partido Progressista, do qual escolhi fazer parte, tem no seu conteúdo programático a dignidade da pessoa humana. Então, amanhã estaremos celebrando a Lei de 2014, Semana de Incentivo à Adoção de Crianças e Adolescentes; e em 2012, foi aprovado o Programa Acolher, mas ainda não realizado. Gostaria de chamar a atenção para este tema do acolhimento, da adoção de coração. A gente hoje acessa o *site* da Polícia Federal, da Polícia Civil, e ficamos angustiados de ver tantas imagens de tantas crianças que não têm o seu lar. Aqui nesta Casa estaremos, por iniciativa do Ver. José Freitas, lançando a Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente. Então, precisamos trazer à pauta o tema da adoção, e dentro dessa pauta tão negativa que estamos vivendo no Brasil, precisamos criar espaços de esperança! Por isso, vamos iniciar os trabalhos desta frente parlamentar na próxima sexta-feira. Tenho certeza de que vamos colocar em pauta de discussão e encaminhamento dessa frente parlamentar a questão da adoção de coração. Quantas famílias hoje não têm a possibilidade de gerar seu filho ou filha biologicamente e estão nas filas esperando a adoção. Por outro lado, temos muitas crianças aguardando uma família para poder desenvolver sua vida, ter sua esperança e sua dignidade resgatadas.

Então, gostaria de trazer este assunto importantíssimo da adoção a este Plenário. Aproveitando, amanhã, também é o Dia Internacional das Crianças Desaparecidas. A Prefeitura de Porto Alegre, Ver. Moisés, estará implementando, espero que em breve, o reconhecimento facial, o que me traz muita alegria, dentro do nosso sistema de transporte. Poderíamos e deveríamos também lutar politicamente e encaminhar, Ver. Mauro Pinheiro, para que acontecesse também no nosso catamarã, no Trensurb, em todos os modais da nossa Cidade. Se vamos usar a tecnologia de reconhecimento facial contra a bandidagem, Ver. Prof. Alex Fraga, por que não também no reconhecimento facial de crianças desaparecidas? Precisamos ser criativos em meio a este tempo em que falta dinheiro para tudo; então vamos usar as tecnologias que existem para resolver problemas reais, Ver. Professor Wambert, da nossa vida. Se nós temos diversas crianças desaparecidas e lutamos pela dignidade da pessoa humana, se queremos que essas crianças sejam encontradas, utilizemos então o reconhecimento facial. Dirijo-me, então, aos meus colegas para que a gente possa colocar em pauta este assunto.

Chegou a esta Casa um projeto de lei, no dia 20 de março, que trata sobre este tema, institui a política municipal de busca de pessoas desaparecidas, Ver. Cecchim. Nós precisamos, então, enfrentar esta temática de frente. Ver. Carús, repetindo, em um tempo de tanta desesperança, Ver. João Bosco Vaz; precisamos criar esperança, Ver.^a Mônica Leal. Então, vamos fazer isso. Sou parceiro deste projeto e

mais: sou parceiro também de um indicativo para o Poder Executivo. Então, vamos propor um indicativo à Prefeitura de Porto Alegre para que essas tecnologias sejam utilizadas para encontrar as crianças desaparecidas. Dignidade da pessoa humana, Dia Nacional da Adoção, Dia Internacional das Crianças Desaparecidas, que a gente possa transformar as nossas palavras em ações e que nossas ações deem frutos reais às pessoas que, na sua vida real, sofrem realmente – perdoem-me utilizar a palavra diversas vezes – no seu dia a dia. E fica o convite para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente, nesta próxima sexta-feira, às 17h, nesta Casa Legislativa. Obrigado pela atenção, um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Não há mais quem queira discutir a Pauta. Agradeço a presença de todos, agradeço o trabalho das nossas taquígrafas, da assessoria de imprensa e de todos os demais.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h24min.)

* * * * *